



Índice

- 01** [Direitos e deveres acerca da Usina de Belo Monte](#)
- 02** [Indigenismo indigente](#)
- 03** [Hidrelétrica Belo Monte tem cerca de 45% das obras civis concluídas](#)
- 04** [Desintrusão da TI Awá Guajá: o início da superação de negação dos direitos](#)
- 05** [Indígenas se reúnem com Ministério Público Federal em Montes Claros](#)
- 06** [Especial "Marãiwatsédé, terra dos Xavante"](#)
- 07** [Aty Guasu informa: Os conselhos Guarani e Kaiowá estão recorrendo ao STF para suspender a ordem de 'reintegração' do tekoha Apyka'i](#)
- 08** [MPF/MT quer garantir medicamentos a índios Enawenê Nawê](#)
- 09** [Urgente: Momento de tensão no Quilombo Rio dos Macacos \(BA\)](#)
- 10** [Ocupação da Funai é mais um capítulo do abandono aos povos indígenas](#)
- 11** [A volta da ditadura: governo Dilma militariza Terra Indígena Tupinambá](#)
- 12** [Nota de Apoio do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileiras e Indígenas da Universidade Federal do Amazonas aos Povos Indígenas do Sul do Amazonas](#)
- 13** [Informe 13 - Operação Desintrusão Terra Indígena Awá](#)
- 14** [Marinha admite ter destelhado casa de quilombola e abre inquérito para apurar o ocorrido](#)



- 15 A floresta da comunidade quilombola de Jenipapo
- 16 No Jaraguá, população indígena luta para manter sua cultura
- 17 Proprietário rural recorre ao STF contra demarcação da Terra Indígena Sombrerito
- 18 Audiência determina retirada imediata de famílias da gleba Suiá-Missú
- 19 Juiz de São Félix do Araguaia realiza reunião com Indígenas e Fiscais da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA)
- 20 'Só vamos liberar os carros após acordo', diz índia sobre protesto em Ibotirama
- 21 Amazonas forma 18 indígenas no curso de magistério
- 22 Famílias indígenas do Alto Vale realizam o "sonho da casa própria"
- 23 Sema formará agentes ambientais indígenas para combater o desmatamento
- 24 Em Mato Grosso do Sul, conflito de índios e produtores vai custar R\$ 100 milhões
- 25 Almir Surui, líder indígena do povo Paiter, no papo de redação desta semana
- 26 Quem mais matou índios foram os Índios
- 27 CNA e Famato alertam para necessidade de rever processos de demarcação e desintrusão de terras indígenas
- 28 Fonte:Joelso Gonçalves/Aral Moreira News
- 29 Conflito de índios e produtores vai custar R\$ 100 milhões no Estado
- 30 Cinco índios são presos suspeitos de envolvimento em assassinatos no AM



Direitos e deveres acerca da Usina de Belo Monte

SÍTIO O REGIONAL, 30.01.2014

A trajetória da hidrelétrica é marcada pela resistência de indígenas, da população ribeirinha e dos ambientalistas

Por Mariana Marim Alves e João Francisco de Azevedo Barretto

A construção da Usina de Belo Monte, localizada na região de Altamira (PA), é tema assaz polêmico, envolvendo debate que se iniciou em 1975. A obra, cuja concessão ficou a cargo da Norte Energia S.A, é considerada a maior do Programa de Aceleração do Crescimento, com capacidade para gerar 11.233 MW e a previsão de que esteja concluída em 2015, com aproveitamento do potencial hidrelétrico oferecido pelo rio Xingu.

A trajetória da hidrelétrica é marcada pela resistência de indígenas, da população ribeirinha e dos ambientalistas. Dentre os inúmeros impactos socioambientais, é válido destacar: destruição da floresta; ocupação desordenada das áreas do entorno de Belo Monte (intensificando o desmatamento); inundação constante dos igarapés de Altamira; alteração do leito original do rio; retirada de 100 milhões de metros cúbicos de material nas escavações para a construção do canal; prejuízo da pesca e da navegação de cerca de 13 mil índios de 24 etnias que ali vivem.

O Ministério Público Federal, que moveu ao menos vinte ações apontando irregularidades ligadas à construção da hidrelétrica, conseguiu a paralisação das obras, com liminar cancelando a licença parcial para os canteiros da obra, e ainda que o BNDES não repasse mais recursos enquanto não forem cumpridas as determinantes.

A população indígena afetada também se tem manifestado firmemente: no I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em 1989, ela demonstrou sua discordância com o empreendimento; em 2008, na segunda edição desse encontro, nasceu o Movimento Xingu Vivo Para Sempre, um coletivo de organizações e movimentos sociais e ambientalistas da região de Altamira e das áreas de influência do projeto da hidrelétrica de Belo Monte, que historicamente foram contra sua instalação. Além disso, os índios promoveram ocupações dos canteiros de obras, exigindo, em geral, sua suspensão.

O Brasil apresenta um discurso de desenvolvimento sustentável, mas vive debates intensos polarizados entre o crescimento econômico, sob o modelo desenvolvimentista, e a preservação ou melhora da condição de vida da população regional. As profundas transformações ambientais e sociais não são passíveis de mensurar de forma exata, havendo exemplos das devastadoras consequências de outras obras de tal monta. A distância dos grandes centros faz que Belo Monte pareça apenas uma notícia para a maioria da população, distante daquela

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 19./ 2014

Brasília, 31 de janeiro de 2014.

realidade, por isso mesmo merecendo, dos verdadeiros cidadãos, sujeitos de direitos e deveres ambientais, um acompanhamento do desenrolar de sua construção e suas consequências, sem perder de vista os compromissos da sociedade brasileira.

Mariana Marim Alves: Acadêmica do curso de Direito da UFMS – Campus de Três Lagoas. E-mail: mariana.alves@usp.br

João Francisco de Azevedo Barretto: Advogado, Mestre em Direito, Professor do Curso de Direito da UFMS – Campus de Três Lagoas/MS. E-mail: jfab.ufms@gmail.com ou jfab@terra.com.br



Boletim de Notícias - Edição nº 19./ 2014

Brasília, 31 de janeiro de 2014.

Indigenismo indigente

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 30.01.2014

As pessoas são espertas. Quem conhece o sub mundo da antropologia sabe bem do hábito que alguns antropólogos têm de incitar pessoas a se dizerem índios como forma de obter direitos que a sociedade brasileira garante a esses cidadãos. Alguns chegam a dar aulas de comportamento e cultura indígena para que cidadãos mestiços se aprendam como índios e passem a merecer direitos indígenas.

Há vários exemplos disso. Um deles é o caso do Paulo Apurinã que falsificou um Registro de Nascimento Indígena (Rani) para conseguir benefícios como acesso a cotas em universidades entre outros. No Pará, caboclos ribeirinhos estão sendo ensinados a se comportarem como índios para conseguir direitos sobre uma área próxima a Santarém. A maioria dos milicianos que estão invadindo fazendas na Bahia como forma de pressionar pela demarcação de uma terra indígena são afrodescendentes que se auto intitulam Tupinambá, mas que na verdade são Tupinambarana.

O poeminha de André Vallias publicado no Twitter é a "arte" imitando a vida. - See more at:



Hidrelétrica Belo Monte tem cerca de 45% das obras civis concluídas

SÍTIO PORTAL PCH, 30.01.2014

A usina hidrelétrica Belo Monte (PA), no rio Xingu, está com cerca de 45 por cento das obras civis concluídas, segundo balanço da empresa responsável pelo empreendimento, e entra na fase de conclusão da primeira etapa da montagem eletromecânica em um dos canteiros.

A Norte Energia, responsável pelo empreendimento, informou nesta quarta-feira que a primeira etapa da montagem eletromecânica do sítio Pimental entra em fase de conclusão e até 31 de janeiro os engenheiros e operários terminam de revestir os tubos de sucção das turbinas 5 e 6.

"Com o trabalho na base das seis turbinas, mais uma etapa da concretagem da Casa de Força Complementar da Usina Hidrelétrica Belo Monte estará liberada, em conformidade com o cronograma das obras civis", informou a empresa em nota.

O gerente de Montagem Eletromecânica do sítio Pimental, Luiz Horta, acrescentou que com a conclusão da primeira parte da montagem eletromecânica, o trabalho em concreto e aço deve avançar em um ritmo mais acelerado.

A hidrelétrica Belo Monte terá 11,2 mil megawatts (MW) de potência instalada quando estiver concluída. A usina, licitada em 2010, teve as obras iniciadas em 2011 e já sofreu diversas paralisações em canteiros de obras por manifestações de indígenas e ativistas contrários aos empreendimento e por trabalhadores.

A primeira unidade geradora da usina deve entrar em operação comercial em 2015.

Entre os acionistas da Norte Energia estão Eletrobras, fundos Petros e Funcef, Neoenergia, Cemig e Light.

Fonte: Reuters | Anna Flávia Rochas

Desintrusão da TI Awá Guajá: o início da superação de negação dos direitos
SÍTIO CIMI, 30.01.2014



Cimi Regional Maranhão

Desde o início do mês de janeiro, acompanhamos as notícias sobre o processo de desintrusão da Terra Indígena (TI) Awá-Guajá, localizada na região Amazônica, mais especificamente no noroeste do Maranhão. Uma espera que, em 2015, completaria 30 anos.

Este processo na região não é tranquilo porque contraria muitos interesses exploratórios, criminosos e de violação dos direitos humanos e ambientais. Ao mesmo tempo, na Terra Indígena Alto Turiaçu, na fronteira com a TI Awá, os indígenas Ka'apor têm sido violentamente reprimidos e ameaçados desde junho de 2013, quando iniciaram um importante trabalho de fiscalização no seu território, que vinha constantemente sendo invadido e desmatado por fazendeiros e madeireiros. Além deste monitoramento, os Kaa'por também estão fazendo a retirada dos invasores e o reavivamento dos limites demarcatórios de sua terra.

A retirada dos invasores na TI Awá-Guajá deixa esperançosos todos os aliados (as) dessa causa, pessoas e instituições públicas e organizações da sociedade civil do Brasil e do exterior. Ela nos anima para seguir defendendo os direitos dos povos indígenas frente ao avanço dos modelos de 'desenvolvimento' que concebem este país como uma grande fazenda, que deve continuar a ser explorada a todo custo. Trata-se do resultado de um mutirão de compromisso realizado a muitas mãos.

CONT.



A conclusão da regularização do território Awá é consequência de uma luta iniciada na década de 1960 com a ocupação da Reserva Florestal do Gurupi, morada de três povos Tupi. Era o início da instalação do Projeto Carajás. Uma pequena minoria se apropriou de muitas terras, na força e na bala. Aos ocupantes tradicionais restou a expulsão e seguidas tentativas de extermínio:

"Nós existimos! Vou contar a história dos meus pais, dos meus avós. Meus avós não vivem mais. Mas ouvimos a história que eles contaram pra nós. Os brancos começaram a ocupar a terra. Os índios já viveram bem na terra deles, na floresta. Os brancos seguiam os índios. Colocavam grandes roças na nossa terra. Nós não conhecíamos a farinha, só comíamos o babaçu (...). Quando fomos até eles [para se queixarem], os brancos nos mostraram os rastros dos índios. Dissemos: – quem esteve aqui não fomos nós! Viemos apenas para conversar e não para mexer com a mandioca. Dissemos. Mas os brancos começaram a brigar conosco, e nós ficamos pensando como vamos conversar [na tentativa de diálogo] com eles se não entendíamos a fala deles. Então, meus pais voltaram. Mas os brancos os seguiram e começaram a atirar, balearam índio e colocaram cachorros atrás de nós. Os brancos vieram, seguindo com cachorro, atiraram e espalhou todo mundo, nos espalharam. Hoje nós estamos espalhados, sem nos conhecer, espalhados em tantas aldeias, perdidos (...). Disseram meus pais: – nós gostaríamos de criar nossos animais, porção, jabuti, macacos, assim como os brancos criam o gado. Mas o branco matou e cortou todos os nossos bichos, cortou a cabeça dos macacos e quebrou os jabutis de nossas casas. Isso aconteceu com meus avós e com meus pais. Os que querem tomar a nossa terra dizem que não existem os índios Awá-Guajá, mas é claro que nós existimos! Somos donos da terra! Somos donos da terra e sempre existimos! Nossa terra foi cortada por estradas e pela ferrovia, ficamos separados e perdidos. Nos levaram pra outros lugares e destruíram completamente os nossos lugares, mas não deixaremos que aconteça mais (depoimento de Mana Awá, por ocasião do acampamento "Nós existimos!". Arquivos do Cimi, agosto de 2010).

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) sempre atuou na defesa da vida e do território deste povo desde o contato. Entre algumas ações, destacam-se o acompanhamento jurídico; a realização de diversas denúncias de violações de seus direitos, como o próprio extermínio de grupos Awá e a sistemática ocupação de seu território; a promoção e o apoio à produção de documentários e de várias campanhas para visibilizar o drama dos Awá-Guajá para a sociedade brasileira; e o apoio e a promoção do acampamento "Nós existimos!" Junto com a Survival International, entrou com uma Petição de responsabilização do Estado brasileiro pela não desintrusão na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), órgão autônomo da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Sem dúvida, no entanto, a maior contribuição do Cimi aos Awá foi favorecer e apoiar o protagonismo deste povo na exigência pela conclusão da regularização e proteção de seu território. Por meio de um trabalho de educação e organização popular, iniciado em 1999, a presença e a participação dos Awá foi viabilizada e articulada nos espaços e para as ações necessárias – o povo passou a falar com as suas próprias vozes. Este foi um rico processo que, desde então, vivencia e discute a construção da Escola Awá, pautada na transformação da realidade pelos Awá, que também se transformaram. Assim, puderam expressar ao mundo as constantes violações aos seus direitos, em tribunais, procuradorias, comissões, gabinetes,

CONT.



estúdios de rádio e TV, etc. Enfim, na rua, lugar dos movimentos dos oprimidos.

A não desintrusão era dada como certa e alguns afirmavam que a sua realização era uma ilusão de sonhadores, dentre estes o Cimi. Pressões sobre a delimitação da TI Awá ocorriam desde 1985, quando ela foi identificada com 232 mil hectares, A partir daí, iniciou-se um processo de sucessivas portarias que, em síntese, subtraíram 115 mil hectares do território indígena. Em 2005 ele foi finalmente homologado com 116 mil hectares. Nesta última semana de janeiro, quando ocorre a conclusão do processo de notificação dos ocupantes não indígenas, poderá se constatar o número de famílias que lá se encontravam e, mais importante, por fim a uma guerra de números fictícios plantados por políticos com o objetivo de inviabilizar a regularização desse território.

É urgente que a União instale bases de fiscalização nos territórios indígenas. E, além disso, discuta e implemente, com a participação indígena, ações eficazes e abrangentes de proteção e recuperação deste mosaico que compreende as terras indígenas Awá-Guajá, Alto Turiaçu, Caru, Alto Guamá e a Rebio Gurupi. O caso da TI Marãiwatsédé evidencia a necessidade destas medidas.

Caso contrário, os direitos deste povo continuarão a ser violados e as suas vidas estarão ameaçadas. É necessário garantir segurança aos Awá para percorrerem suas terras em todas as suas atividades, principalmente as práticas de caça e coleta. Estas ameaças estendem-se aos grupos de Awá sem contato que vivem na TI Araribóia, localizada em uma outra região do estado, à mercê de constantes ataques de invasores. É necessário que o governo brasileiro responda à sociedade o que está sendo feito para a proteção desses grupos e de seu território.

Sem dúvida, a grave situação dos Awá contribuiu para dar maior visibilidade às violações cometidas contra os indígenas no Brasil, já que ela foi debatida em importantes espaços sobre direitos humanos, dentre outros, e foi amplamente pautada pela mídia brasileira e internacional. Nesse sentido, o governo brasileiro tem sido cada vez mais questionado por organismos internacionais de Direitos Humanos.

No entanto, recentemente, tendo a TI Awá como modelo, este mesmo governo tem publicizado programas e políticas para as populações indígenas que não condizem com a realidade. Trata-se apenas de propaganda diante da pressão pública mundial. O 'desenvolvimento' predador avança e a tal política, "de modelo exemplar", ainda está apenas no plano das intenções.

Em relação à saúde dos Awá-Guajá, é preciso que o governo adote o atendimento, de fato, específico e diferenciado a que os indígenas têm direito. É preciso romper paradigmas e abrir os ouvidos e o coração para ouvir e respeitar a concepção de saúde e de tratamento de doenças dos Awá.

Abrir os ouvidos e o coração para o Outro é também ser solidário com ele diante das violações que os assaltantes de suas vidas e de seu futuro lhes impõem. Apelo que inúmeros sonhadores (as) aceitaram, tornando a bandeira da causa indígena visível e articulando-a com a luta maior dos pobres e explorados de todo o mundo.

Cimi Regional Maranhão, 28 de janeiro de 2014

Indígenas se reúnem com Ministério Público Federal em Montes Claros

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 31.01.2014

Eles cobram melhorias no atendimento a saúde dos índios. Cerca de 80 índios participaram da audiência pública.

Por Valdivan Veloso, do G1 MG



Segundo líder, nem todos puderam participar da reunião. (Foto: Valdivan Veloso/G1)

Lideranças de comunidades indígenas das comunidades Xakriabá, Tupiniquim, Patachó e Pankararu participaram na tarde desta quinta-feira (30) de uma audiência pública com o Ministério Público Federal em Montes Claros. Eles discutem questões a situação da saúde e também problemas territoriais enfrentados pelos índios.

Cerca de 80 índios estão na sede do MPF, mas nem todos puderam participar da reunião. Segundo o líder Xakiabá, Hilário Xakriabá, o procurador Marcelo Malheiros informou que a sala não poderia acomodar todos os presentes.

Ainda segundo Hilário Xakriabá, o cenário da saúde para os índios piorou com a Secretaria Especializada em Saúde Indígena (Sesai). "Nós pensávamos que a saída da Funasa iria melhorar muito o atendimento da saúde para os índios, mas infelizmente estamos regredindo", afirma.

Enquanto aguardavam o término da reunião, os índios dançaram em frente ao Ministério Público Federal.

Segundo o procurador do Ministério Público Federal, Marcelo Malheiros, a audiência, que começou às 14h, teve como objetivo colher depoimentos da comunidade que estava insatisfeita com os serviços do Distrito Sanitário de Saúde Indígena.

Um representante do Distrito de Saúde também foi ouvido, mas nada foi instaurado. Segundo o procurador, nenhuma decisão foi tomada de imediato.

Especial “Marãiwatsédé, terra dos Xavante”
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 30.01.2014



Guerreiros xavante se preparam para retomar parte do território, TI Marãiwatsédé. (Foto: Wilson Dias/ABr)

Instituto Socioambiental – ISA

Conheça o especial “Marãiwatsédé, terra dos Xavante” que busca contextualizar e apresentar informações detalhadas sobre o processo de desintrusão da Terra Indígena Marãiwatsédé (MT), do povo Xavante.

Imagens, mapas, notícias, além de detalhes sobre como políticos da região orquestraram a ocupação ilegal da terra após sua demarcação como território do povo Xavante.

Aty Guasu informa: Os conselhos Guarani e Kaiowá estão recorrendo ao STF para suspender a ordem de 'reintegração' do tekoha Apyka'i
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 30.01.2014



Aty Guasu informa que os conselhos do Guarani e Kaiowá estão recorrendo ao STF para suspender a ordem do TRF3. Além disso, os integrantes do povo Guarani e Kaiowá se articulam para apoiar resistência da comunidade Guarani e Kaiowá do tekoha Apyka'i.

A justificativa da resistência é que após o despejo judicial do tekoha Apyka'i em 2009, já foram assassinados 4 indígenas pelos pistoleiros e uma (1) idosa envenenada, duas crianças atropeladas e dilaceradas na rodovia, três vezes as barracas foram invadidas e incendiadas pelos pistoleiros da Usina São Fernando. Assim, é evidente que a decisão da justiça federal de 2009 condenou a comunidade do Apyka'i para extermínio que está em processo.

As comunidades estão morrendo pela ação genocida da Usina São Fernando. No final de janeiro de 2014, Usina São Fernando conseguiu a revalidar a ordem de despejo judicial de 2009. Passou 5 anos, o governo não demarcou a terra Apyka'i e nem justiça federal não considera os direitos indígenas, não atendeu a demanda antiga do indígena Guarani e Kaiowá do tekoha Apyka'i, em vez de efetivar os direitos indígenas a justiça autoriza mais injustiça e violências formais contra os indígenas os povos Guarani e Kaiowá.

Todos sabemos que no município de Dourados existe maior população indígenas Guarani e Kaiowá do Estado e do Brasil. Em 2014, em vez de demarcar a terra indígena há ordem de expulsão e violência, frente ao fato, os membros indígenas Guarani e Kaiowá se articulam para apoiar a resistência do tekoha Apyka'i-Dourado-MS.

Aty Guasu contra a injustiça



MPF/MT quer garantir medicamentos a índios Enawenê Nawê
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 30.01.2014

Etnia sofre com falta de medicamentos e péssimas condições do atendimento de saúde

Ministério Público Federal no Mato Grosso

Tramita na Justiça Federal de Juína, na região noroeste de Mato Grosso, uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal, em dezembro de 2013, que pede que a União adote medidas urgentes para garantir o suprimento de medicamentos e a melhoria da estrutura do posto de saúde que atende aos índios Enawenê Nawê.

A vistoria feita em dezembro de 2013 por um médico e um engenheiro sanitarista, juntamente com a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a pedido do Ministério Público Federal, registrou e confirmou a situação de calamidade do posto de saúde da aldeia Halataikwa relatada pelos índios.

“O posto não tem cadeira, não tem material nenhum, não tem lugar para armazenar medicamento”, afirma o relatório de vistoria no posto de saúde que deveria prestar o atendimento de saúde básico para as 700 pessoas da terra indígena Enawenê Nawê.

Para reivindicar a melhoria no atendimento de saúde, os índios bloquearam a rodovia MT-170 três vezes nos últimos três anos. Em 2012, surtos de diarreia, vômito e febre alta atingiram 131 indígenas. Em dezembro de 2013, os índios bloquearam a rodovia e cobraram pedágio para conseguir dinheiro para comprar medicamentos e conter o surto de conjuntivite, pneumonia e diarreia. Só de conjuntivite, a equipe de enfermagem registrou 180 casos de conjuntivite atendidos no mês.

Fora da aldeia, a unidade de saúde mais próxima, que é a responsável pela continuidade no atendimento aos Enawenê Nawê, fica no município de Brasnorte, a 300 quilômetros da aldeia. Essa unidade de saúde, que também atende a outras duas etnias que vivem na região, está instalada em um hotel alugado.

Na ação, o Ministério Público Federal pede que a Justiça Federal obrigue a União a providenciar o estoque de medicamentos em 60 dias e apresente um planejamento para a compra de medicamentos e para a estruturação do posto de saúde; e a contratar um médico para trabalhar exclusivamente e ininterruptamente na aldeia Halataikwa. (Veja a lista completa dos pedidos feitos pelo MPF na ação).

Para entender a organização da saúde indígena - A saúde indígena está inserida no Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro. Em 1999, a Lei 9.836/99 estabeleceu um Subsistema de Atenção à Saúde Indígena financiado pela União, com o apoio complementar dos Estados e dos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 19./ 2014

Brasília, 31 de janeiro de 2014.

Municípios e de instituições não-governamentais. A lei previu, também, que as especificidades da cultura indígena devem ser observadas na prestação dos serviços de saúde.

Este subsistema de saúde indígena não substitui o SUS. Ao contrário, é complementar e funciona por meio dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, chamados de DSEIs, que prestam o atendimento primário e de baixa complexidade. Os atendimentos de média e alta complexidades são encaminhados para as unidades de atendimento do SUS.

Desde 2010, a prestação do serviço público de saúde indígena é de responsabilidade do Ministério da Saúde, que criou a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). A criação da Sesai é resultado de uma reivindicação histórica dos povos indígenas, pois consolida o atendimento especializado dentro do subsistema especial de atenção à saúde.

Passados três anos da criação da Sesai, o cenário que se encontra é crítico. Apesar da previsão de uma boa quantidade de recursos orçamentários destinados à saúde indígena, os problemas de gestão frequentemente verificados têm acarretado uma prestação ineficiente do serviço no âmbito dos DSEIs, acarretando a completa falta de atendimento às necessidades dos povos indígenas, especialmente no fornecimento de medicamentos.

A ação tramita na Justiça Federal em Juína, nº 0003226-40.2013.4.01.3606.



Boletim de Notícias - Edição nº 19./ 2014

Brasília, 31 de janeiro de 2014.

Urgente: Momento de tensão no Quilombo Rio dos Macacos (BA)

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 30.01.2014



Em Sou Quilombo Rio dos Macacos

Moradores da comunidade Quilombo Rio dos Macacos bloquearam a entrada do condomínio da Vila Naval na Base Naval de Aratu e estão em protesto contra a Marinha, que derrubou hoje a casa de um dos moradores.

Segundo informações da Professora Vilma Reis, que se encontra no local, o momento é de tensão. Representante do Ministério da Defesa também se encontra no local.

Convocamos todas as lideranças do movimento social e imprensa para ir até o local!

Ocupação da Funai é mais um capítulo do abandono aos povos indígenas
SÍTIO CIMI, 30.01.2014



Foto: Alberto César Araújo/Amazônia Real

Comitê Regional da Verdade e Conselho Indigenista Missionário

Em cumprimento ao mandado do juiz do Tribunal Regional Federal (TRF), Érico Rodrigo Freitas Pinheiro, da 1ª Vara Federal, que no último dia 21 de janeiro determinou a desocupação do prédio da Fundação Nacional do Índio (Funai), a Polícia Federal retirou os indígenas Kokama, Mura, Munduruku, Miranha, Apurinã e outros que acampavam no pátio do órgão desde o dia 04 de novembro do ano passado. No contexto de outros eventos envolvendo os povos indígenas, o fato se constitui em mais uma evidência do abandono a que o governo federal tem relegado essas populações em todo o país.

Especificamente no caso dos indígenas da cidade de Manaus, o movimento com duração de mais de dois meses foi interrompido por ação da Justiça sem que o poder público tenha aberto o diálogo para ouvir as lideranças. Gestores de órgãos governamentais, em todas as recentes ocupações promovidas pelos indígenas, em vez de ouvi-los ou atender suas reivindicações, têm se limitado a usar a força policial sem adotar alguma solução concreta, sobretudo em relação à falta de moradia das famílias indígenas na cidade.

Nos últimos anos, em vários cenários em todo o país, têm aumentado o número de manifestações preconceituosas contra os indígenas. Isso é consequência da estratégia política

CONT.



dos grupos antiindígenas interessados em rever direitos constitucionais, como a garantia às terras tradicionalmente ocupadas e a revisão dos procedimentos demarcatórios, retirando do Poder Executivo a prerrogativa de homologar as demarcações.

Recentemente, os Tenharim e Djahoi, de terras indígenas localizadas entre os municípios de Manicoré e Humaitá, no sul do Amazonas, foram alvo de ataques orquestrados mais por representantes de madeireiros e latifundiários do que pela população em geral – grande parte insuflada por políticos e “comunicadores” de Humaitá.

Os Mura, da região de Autazes, Careiro, Manaquiri, Borba e Nova Olinda, têm sido vítimas de ameaças de fazendeiros da localidade em vista do anúncio da demarcação de suas terras. Em decorrência dos conflitos, pelo menos oito lideranças declararam ao Ministério Público Federal no Amazonas terem sofrido ameaças de morte.

Os indígenas de Manaus e das demais localidades do estado do Amazonas há muito tempo vêm cobrando do governo federal, tanto pela Funai como pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) – órgãos encarregados de prestar assistência direta aos povos indígenas –, proteção aos territórios já demarcados e regularização das terras a identificar ou já identificadas, cujos procedimentos demarcatórios encontram-se paralisados, maior atenção nas áreas de educação, saúde e sustentação econômica.

A desassistência e o descaso foram as principais motivações para a ocupação do prédio da Funai. No momento em que a Polícia Federal retira os indígenas do local, mais um capítulo do abandono se escreve confirmando, assim, a falta de interesse por parte do Estado brasileiro em criar condições para que os povos indígenas vivam dignamente e da maneira que melhor lhes aprouver. Essa postura do governo federal merece repúdio da sociedade brasileira, pois não se circunscreve somente em torno da questão indígena, mas afeta todos os segmentos que reagiram e reagem à submissão dos governantes e da classe política – majoritariamente –, aos interesses dos latifundiários, do agronegócio e do grande capital em todas as suas formas.

Manaus (AM), 29 de janeiro de 2014

Comitê Regional da Verdade

Conselho Indigenista Missionário

A volta da ditadura: governo Dilma militariza Terra Indígena Tupinambá
SÍTIO CIMI, 30.01.2014



A história de violência vivida pelo povo Tupinambá nas décadas de 1930 e 1940, se repete na Serra do Padeiro, sul da Bahia. Apesar do regime hoje ser democrático e, desde 1988, a Constituição Federal assegurar, de modo claro e assertivo, os direitos dos povos indígenas às suas terras tradicionais, ao invés de finalizar o processo demarcatório e solucionar definitivamente esta questão, a opção do governo Dilma foi a de enviar a Polícia Federal e a Força Nacional para a área indígena. Durante as duas últimas madrugadas (29 e 30 de janeiro), os Tupinambá, que permanecem no mato após a reintegração de posse das fazendas Sempre Viva e Conjunto São José, foram alvos não só de armas de fogo, mas também de granadas, segundo eles mesmos relataram.

O processo de identificação da Terra Indígena Tupinambá teve início em 2004. Cinco anos depois, em abril de 2009, a Fundação Nacional do Índio (Funai) aprovou o relatório circunstanciado, no qual reconhece que "a área na qual se situa o imóvel litigioso é terra indígena tradicionalmente ocupada, cuja posse e usufruto são exclusivos da Comunidade Tupinambá". O encaminhamento do relatório foi feito ao Ministério da Justiça, que tinha um prazo de 30 dias, de acordo com o decreto 1775/96, para a expedição da portaria declaratória. O Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, insiste em desrespeitar a legislação brasileira, de modo especial a Constituição Federal. É inaceitável que, em vez de dar seguimento ao devido procedimento administrativo, o governo instale uma base policial em uma terra reconhecidamente indígena.

CONT.



Segundo a diretora da escola indígena, Magnólia Tupinambá, na madrugada de hoje (30/01), mais viaturas policiais chegaram na área. "O tiroteio foi ainda maior que na noite anterior. Parecia que iam derrubar as casas de tanto tiro. Foi muito tiro mesmo, e granada também. Mesmo a 6 km de distância você assustava com tanto tiro. E a gente se pergunta: por que o governo tá atirando nos indígenas? Por que tá agindo do mesmo jeito que na época da ditadura? Por que toda esta violência contra nós? Só queremos o que é nosso de direito", questiona ela.

Além do episódio em que a Polícia Federal foi acusada de torturar cinco indígenas Tupinambá em 2009, em uma área retomada (Ação Civil Pública nº 001825-23.2010.4.01.3311 – JF/Itabuna), a diretora Magnólia refere-se à brutal perseguição do cacique Marcellino, que vitimou toda a comunidade Tupinambá na época da intensificação da agricultura cacauieira. Na década de 1930, ao tentar frear a penetração dos não índios, contratados pelos coronéis, no território Tupinambá, o cacique resistiu a sucessivos confrontos com a polícia. No entanto, em 1937, Marcellino desapareceu. Os índios afirmam que ele foi levado para o Rio de Janeiro. O certo é que nunca mais retornou.

Este trecho de um artigo publicado, em outubro de 2013, na revista Carta Capital dá a dimensão da violência a que se referem os Tupinambá: "Quando procuravam Marcellino, certa noite, os policiais invadiram um sítio habitado por três indígenas – os irmãos Flaviano, Lourenço e Rufino – e suas famílias. Para que informassem o paradeiro do 'bando', os irmãos foram amarrados, açoitados com varas e interrogados. Os filhos menores de Rufino foram poupados, mas os dois mais velhos, Estelina Maria Santana e seu irmão Pedro, levaram uma surra de bainha de facão. Estelina morreu em 1987. A história quem conta é um de seus filhos, que vive em uma área retomada. Em sua perspectiva, o imperativo de recuperar o território tem a ver, junto às questões materiais, com uma obrigação moral, em memória de Estelina. Também participa do processo de retomada a filha de outro indígena torturado na perseguição a Marcellino, Manoel Liberato de Jesus, o Duca, que teve unhas arrancadas a saibro e a orelha esquerda pregada na parede. Ao fazê-lo, os policiais avisaram: se ainda estivesse ali quando voltassem, morreria. 'Meu pai fez força, rasgou a orelha e saiu'. O lóbulo acabou permanentemente mutilado, como se pode ver no retrato em sua carteira de filiação ao Sindicato Rural de Ilhéus, guardada pela filha".

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) entende que a militarização do território Tupinambá somente agrava a situação vivida pelos Tupinambá e ocupantes não índios. A solução do caso depende, necessariamente, da imediata publicação da portaria declaratória da Terra Indígena Tupinambá, bem como, o pagamento das indenizações devidas aos ocupantes não indígenas e o reassentamento daqueles que têm perfil para a reforma agrária. É inteira responsabilidade do governo Dilma evitar ou causar uma tragédia na Serra do Padeiro, terra do povo Tupinambá.

Conselho Indigenista Missionário (Cimi), 30 de janeiro de 2014



Nota de Apoio do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileiras e Indígenas da Universidade Federal do Amazonas aos Povos Indígenas do Sul do Amazonas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 30.01.2014



O NEABI vem por meio desta nota manifestar sua preocupação sobre os últimos acontecimentos de Humaitá-AM, envolvendo indígenas e população regional.

Sentimos imensa falta que fará o conciliador Cacique Ivan Tenharim, bem como nos solidarizamos à dor das famílias de Aldeney, Luciano e Stef.

Que o Poder Público assuma sua realidade ante um cenário de conflito que vem sendo construído há décadas no sul do Amazonas e discuta com a sociedade as políticas públicas.

Não obstante os inúmeros problemas já conhecidos a respeito da Rodovia Transamazônica, chamamos atenção para a clandestinidade da Rodovia do Estanho e vulnerabilidade social do Parque Nacional dos Campos Amazônicos e outras Unidades de Conservação da região.

Chamamos atenção ainda para a prevaricada reestruturação da FUNAI, realizada em 2009 que afastou os Postos Indígenas das aldeias, durante na Gestão Márcio Meira, bem como os sucessivos erros como os de agora, geraram grandes prejuízos a todos. Acreditamos que conflitos como os de Humaitá poderiam ter sido evitados com a presença do órgão indigenista no interior da Terra Indígena.

Pedimos à Presidência da República que não se olvide da FUNAI e das reivindicações dos povos indígenas. Que não abandone seus direitos em função dos descaminhos da causa, provocados por ação individual desastrosa, punindo os responsáveis e promovendo mudanças no órgão. O mesmo vale para a Frente Parlamentar de Apoio aos Indígenas.

Igualmente conclamamos ao Poder Público e às autoridades que não se olvidem dos direitos indígenas, e que lhes assegure o retorno dos estudantes das aldeias – nossos alunos – às suas escolas, universidades e institutos, localizados nas aldeias, em Humaitá e Santo Antônio do Matupi. Se necessário, com segurança de Estado, porquanto medidas socioativas e de conciliação igualmente devam se realizar, a fim de promover a comunhão da sociedade com base nos direitos e na democracia.

Pedimos temperança aos cidadãos de Humaitá, Matupi e Apuí, que confiem e cooperem com as autoridades e instrumentos competentes, com punição dos responsáveis que houver. E que igualmente cobrem melhorias do Poder Público para uma política regional específica. Que busquem caminhos para uma convivência pacífica com todos.

Por fim, lembramos a todos o papel do indivíduo na história. Que todos sejamos serenos em buscas respostas para estes tristes fatos que tanto nos preocupam.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 19./ 2014

Brasília, 31 de janeiro de 2014.

Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileiras e Indígenas da UFAM

Ednailda Santos

Sandoval Amparo

Mazzo Rodrigues

Leonardo Dourado de Azevedo Neto



Informe 13 - Operação Desintrusão Terra Indígena Awá
SÍTIO FUNAI, 30.01.2014

Até o dia 7 de fevereiro, o Incra irá cadastrar os moradores não índios da Terra Indígena Awá, no Noroeste do Maranhão. A data foi acordada nesta quarta-feira (29/1), em São Luís, durante reunião, entre o juiz José Carlos Madeira e os representantes do governo federal que coordenam a desintrusão da terra indígena, realizada em cumprimento a decisão judicial do Tribunal Regional Federal, da 1ª Região do Maranhão.

A Justiça Federal do Maranhão confirmou também o prazo para a saída voluntária dos ocupantes da terra indígena, 40 dias a contar do recebimento da notificação. Com isto, no dia 23 de fevereiro os primeiros moradores devem deixar a área.

Na reunião também foi apresentado o balanço da fase programada de notificação da Operação Awá, - foram entregues pelos oficiais de justiça 427 notificações aos ocupantes não índios. Deste total, 167 famílias foram cadastrados pelo Incra. Equipes do governo federal estão percorrendo a terra indígena em um esforço de levar serviços para os ocupantes não índios, como a expedição de documentos de identidade e carteira do trabalho, à cargo do Incra e consultoria sobre direitos trabalhistas, aposentadoria feitos pelo INSS. Funcionários das prefeituras locais estão cadastrando famílias no CadUnico o que possibilitará o acesso as políticas públicas federais como Bolsa Família, Brasil Carinhoso, Minha Casa Minha Vida.

O CadUnico também é fundamental para a futura inclusão das famílias no Programa Nacional de Reforma Agrária.

No dia 13 de fevereiro o comitê de desintrusão, instituído pelo juiz federal, fará a primeira reunião em São Luís. Coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, o comitê tem caráter consultivo e irá tomar conhecimento das áreas negociadas pelo Incra para assentar os ocupantes não índios da terra indígena.

Histórico

Os trabalhos da desintrusão da terra indígena Awa começaram com a instalação da estrutura e mobilização do contingente previsto para a realização efetiva da Operação Awá, no dia 3 de janeiro e em 15 de janeiro iniciou a entrega das notificações às famílias que terão que deixar a Terra Indígena.

Como planejado, as ações começaram no sentido Sul/Norte. Entre os dias 15 e 21/1 foram entregues as notificações na região Sul, Caju e Sudeste da Terra indígena, no limite com a Reserva Biológica Gurupi. Dia 22/1 foi realizada a notificação no povoado Cabeça Fria e dia 23/1, em Vitória da Conquista. No período de 24 a 27/1 foi feito a identificação da localização de não indígenas com ocupação na Terra Indígena na região Norte, no povoado Conquista, e realizada a notificação.

CONT.



Durante a realização das notificações foram observadas situações de acesso e ocupação não indígena maior que a prevista no planejamento da operação, nas regiões dos povoados de Cabeça Fria e Vitória da Conquista, o que resultou em nova definição de trabalho. Nestes locais foram observadas ocupações esparsas e de difícil acesso, muitas somente por meio de motocicleta, mas também foi possível notar que estas localidades são, em boa parte, roças, pastos, forno de farinha, com casas somente para apoio. A residência das pessoas concentra-se tanto no povoado de Vitória da Conquista quanto nos municípios de São João do Caru e Conquista.

Realizado o período de notificação, será realizado levantamento da acessibilidade dos chamados ramais, vias secundárias de acesso, principalmente do povoado Conquista. O objetivo é otimizar a logística e estratégia para a desintrusão e o desfazimento das edificações.

Também serão realizadas ações, contando com o efetivo da operação, na fiscalização da Terra Indígena e locais observados em sobrevoo realizado pelo Ibama.

Inicia-se agora a fase de vigilância da Terra indígena Awá.

A Operação é formada por uma equipe interministerial, coordenada pela Funai, Secretaria-Geral da Presidência da República, e composta pelo Ministério da Defesa (Exército e Força Aérea Brasileira), Polícias Federal e Rodoviária Federal, Força Nacional, ICMBio, Ibama, Gabinete de Segurança Institucional – ABIN, Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, Ministério do Desenvolvimento Agrário/Incra e INSS.



Marinha admite ter destelhado casa de quilombola e abre inquérito para apurar o ocorrido

SÍTIO BAHIA NOTÍCIAS, 31.01.2014

A Marinha do Brasil informou, por meio de nota, nesta sexta-feira (31), que a casa que os moradores do quilombo Rio dos Macacos acusaram ter sido destruída por oficiais do órgão era uma construção irregular. A residência, diz o texto, estava desocupada e foi destelhada como “modo a evitar mais uma ocupação indevida”.

O Comando do 2º Distrito Naval informou, ainda, que outra residência – com moradores – também foi identificada como irregular durante vistoria de rotina. A incorreção estaria no fato de a construção das casas, no Tombo da Vila Naval da Barragem (Complexo Naval de Aratu), descumprir decisão judicial. Conforme a nota, a 10ª Vara Federal, no curso da ação reivindicatória proposta pela Procuradoria da União no Estado da Bahia, determinou reintegração de posse do terreno e a interrupção de qualquer construção na área. A Marinha afirmou não ter feito nada em relação à construção habitada e ordenou a recolocação do telhado da casa desocupada. Com o intuito de esclarecer a questão, foi determinada a abertura de uma sindicância para apurar o ocorrido.



A floresta da comunidade quilombola de Jenipapo
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 31.01.2014

Mayron Régis – Territórios Livres do Baixo Parnaíba

A comunidade quilombola de Jenipapo, município de Caxias, ressen-te-se da migração dos mais jovens para o sul do Brasil. Pelo que conta o senhor Manoel Moura, presidente da associação, existem três comunidades cujo nome é Jenipapo, diferenciando-se pelo segundo nome.

“- Acaso o senhor sabe o porquê do nome Jenipapo?” “- Agora o senhor me pegou. Não sei.” “- Mas o Jenipapo é visto por aqui, não é?” “Sim, ele é visto.”

O senhor Manoel Moura e o jornalista Mayron Régis tiveram essa conversa no caminho entre a escola municipal Negro Cosme e a casa do presidente da associação. Os moradores batizaram a escola com o nome de um dos principais líderes da Balaiada, revolta de negros do século XIX. A prefeitura de Caxias queria batiza-la de escola Duque de Caxias, aquele que reprimiu as principais revoltas sociais do Brasil.

Jenipapo possui dois núcleos de moradores que sofrem com a falta de abastecimento de água. Os moradores vão buscar água muito longe e trazem-na em lombos de burros. Por conta da falta de água no povoado, a escola nunca funcionou.

O senhor Manoel Moura é neto de Rosa Barros, uma das primeiras lideranças da comunidade. Ela controlava os escravos a mando do antigo proprietário. Ela ocupou o lugar dele depois da abolição. O território quilombola do Jenipapo é muito vasto, contudo só se regularizou uma pequena parte.

Até alguns anos atrás, os moradores de Jenipapo pagavam renda do que produziam a alguém que se arvorava a posse da área. Com o processo de regularização fundiária feito pelo Iterma e a identificação da área como quilombo, essa história de pagar renda para o outro passou.

O seu Manoel conta que precisou trazer gente de fora para forçar a regularização fundiária porque parte dos moradores antigos achava que tudo estava muito bem. O processo de regularização fundiária de Jenipapo data de 1996. O reconhecimento como área quilombola veio dez anos depois.

O assentamento Jenipapo se espreme entre propriedades que estão dentro do território tradicional quilombola e essas propriedades desmatam as suas florestas e as vendem em carradas para a Barro Forte, empresa de cerâmica. A Barro Forte paga R\$50 pela carrada. Perguntou-se ao senhor Manoel se ele lembrava de quando a Barro Forte começa as suas atividades na região. Ele respondeu que do final dos anos 80 para cá. Antes da Barro Forte, havia muita floresta na região. E chovia muito? Sim, chovia muito, responderam o seu Manoel e várias outras pessoas.

CONT.



Os desmatamentos interferem no micro-clima de Jenipapo e das comunidades vizinhas. Só chovera metade do previsto para o mês de janeiro de 2014 em Caxias. Além da Barro Forte, a Suzano Papel e Celulose, empresa de celulose, e a Comvap e o grupo João Santos possuem grandes extensões de terra em Caxias, Matões e São João do Sóter. Aqui e acolá rola um conflito dessas empresas com comunidades tradicionais e comunidades quilombolas.

Um desses conflitos é entre a comunidade quilombola de Jacarezinho, município de São João do Sóter, e a Suzano Papel e Celulose. Segundo o seu Manoel, a área total de Jacarezinho corresponde a mais de 9.000 hectares. O Ministério Público Federal instaurou um inquérito administrativo para apurar os fatos que dizem respeito ao conflito. Nem sempre os conflitos nas comunidades tradicionais e quilombolas mostram as suas caras de maneira tão franca como ocorre com relação aos grandes empreendimentos.

O capitalismo aos poucos insere as comunidades tradicionais e quilombolas no mercado consumidor. Foi-se o tempo que o capitalismo desejava os médios e grandes consumidores. As comunidades tradicionais e quilombolas consomem, atualmente, defensivos, agrotóxicos e alimentos industrializados. O coco babaçu gerou renda para muitas famílias pobres do interior do Maranhão e de Caxias. Do coco, obtém-se o azeite do babaçu e o mesocarpo. O azeite é mais difundido tanto em forma de produção como em forma de conhecimento. O mesocarpo não é da mesma forma. As mulheres, com o recurso do bolsa família, compram óleo de soja, macarrão e nescau no mercado.

O mercado se globalizou, assim como os impactos ambientais também. A Barro Forte, a Suzano, a Comvap e o Grupo João Santos são empresas que necessitam de muita matéria prima durante o processo de produção. Elas conseguem muito fácil investimentos por parte do Estado e de bancos e de fundos de investimentos nacionais e internacionais. O preço que a Barro Forte paga por uma carrada de madeira é pouco, mas para quem não tem nada ou quase nada é muito.

A comunidade do Jenipapo quase embarcou numa história de vender parte de sua floresta para a Barro Forte. Com o recurso, a comunidade pretendia construir um poço que serviria a escola e os moradores. As matas de Jenipapo são ricas em espécies florestais do tipo do Jacarandá, Pau d'arco, Aroeira, cedro e faveira, e em espécies frutíferas do tipo da Pitomba, Mutamba, Araticum, Tamarindo, Macaúba, Taturubá Babaçu e Jenipapo. Com o desmatamento, convergiriam vários problemas ao mesmo tempo para a comunidade: a perda da biodiversidade, mudança no microclima, perda na qualidade de vida e surgimento de doenças.

O recurso não resolveria o problema da água, porque para cavar um poço é muito dinheiro, e traria outros. As comunidades veem a floresta apenas para desmatar e vender a madeira. É preciso vê-la também como uma fonte de saúde e de forte potencial de geração de renda sem que se desmate uma árvore sequer. A comunidade de Jenipapo aceitou os argumentos apresentados pela assessoria do Aconerug e desistiu da derrubada.

No Jaraguá, população indígena luta para manter sua cultura
SÍTIO PASCOM BRASILÂNDIA, 31.01.2014



Por Renata Moraes, pela Pascom Brasilândia
(Fotos: Carlinhos Souza)

Na manhã do domingo, dia 26, em uma atividade proposta pelo Centro Cultural da Juventude (CCJ), localizado na Vila Nova Cachoeirinha, um grupo de 70 pessoas visitou a aldeia indígena Tekoa Pyau, situada no Jaraguá, próxima ao Parque Estadual.

A atividade foi sugerida e idealizada pela monitora juvenil do CCJ, Juliana Queiroz dos Santos, filósofa e militante da causa.

Presente na cidade desde 1964, a aldeia guarani Tekoa Pyau (que significa tribo da cachoeira) foi cortada ao meio pela Estrada Turística do Jaraguá, e hoje se divide em duas aldeias, sendo a "de cima" ainda sem a demarcação da terra.

A maior luta hoje é o reconhecimento como terra indígena da parte de cima da aldeia. "A falta da demarcação de terras nos impede de dar continuidade aos projetos da aldeia e compromete o futuro de nossas crianças", expressou o jovem cacique Vitor Fernando Soares, que em guarani se chama "Carai Mirim".

Em 1987, o governo federal demarcou apenas a parte baixa da aldeia, e desde então, os indígenas aguardam o Ministério da Justiça expedir a portaria declaratória, reconhecendo o local como território tradicional indígena. A última etapa é a homologação pela Presidência da República.

Em vez de ocas, há casas de pau a pique e barracas improvisadas. Cerca de 180 famílias, com aproximadamente 800 pessoas, sendo quase metade deste número de crianças e adolescentes, sobrevivem em condições precárias: há lixo por várias partes da aldeia, a rede de esgoto não funciona e o rio, que já foi limpo, é fonte de sustento, por meio da pesca, mas está poluído.

CONT.



Sem contar com o grande número de cães e gatos que são abandonados ali por moradores dos arredores. Vivem em condições precárias.

A comunidade sobrevive de benefícios do governo e de doações de alimentos de organizações não governamentais e da população local. E também da venda de seus artesanatos. A Aldeia possui duas escolas e as crianças são alfabetizadas em duas línguas: Português e Guarani. E também possui uma Unidade Básica de Saúde (UBS).

Para o professor de história, Davi Martim, é uma alegria receber os visitantes. "Nós costumamos receber as pessoas de uma forma harmoniosa em nossa aldeia, pois nós vivemos assim, e essa visita proporciona uma maior integração entre o índio e o homem branco, desmistificando e quebrando paradigmas. E é importante também para as pessoas conhecerem suas origens, muitos têm descendência indígena e não conhecem a cultura".

Durante a visita, os participantes tiveram a oportunidade de conhecer um pouco da cultura indígena, seus valores e suas crenças. Na casa da reza, local de oração, em que os índios fazem suas preces todas as noites, eles puderam presenciar um canto de agradecimento pelos bens e frutos que a natureza oferece.

Para a estudante, Louise De Villio, 20 anos, a atividade gerou reflexão. "Com a visita, aprendi que políticas públicas não têm que só subir o morro ou sair do asfalto, mas têm que entrar na mata também", comentou.



Proprietário rural recorre ao STF contra demarcação da Terra Indígena Sombreiro
SÍTIO AIRES GONÇALVES ADVOGADOS, 31.01.2014

O proprietário de uma fazenda localizada no Município de Sete Quedas (MS) recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) com o objetivo de anular a Portaria nº 3.076/2010, do Ministério da Justiça (MJ), que declarou de posse permanente do grupo indígena Guarani Nhandéva a Terra Indígena Sombreiro. No Superior Tribunal de Justiça (STJ), Amauri Palmiro, o proprietário, tentou anular o ato do MJ que pode levar à desapropriação da terra, mas o pedido foi arquivado sem julgamento de mérito.

Em seguida, ele impetrou Recurso em Mandado de Segurança (RMS 32743) no STF, pedindo a concessão de liminar para suspender o processo de demarcação do imóvel rural e, no mérito, a anulação da portaria. Palmiro sustenta que o STJ não poderia ter arquivado seu mandado de segurança, sem análise de mérito, e aponta questões sobre a situação do imóvel rural que deixaram de ser consideradas naquela Corte.

Segundo ele, a demarcação da terra, o cancelamento da matrícula do imóvel e a transformação da terra particular em bem da União para a ocupação permanente dos índios ocorreu de forma administrativa por parte da Fundação Nacional do Índio (Funai), constituindo “verdadeiro atentado à inafastabilidade jurisdicional, ao devido processo legal, ao direito de propriedade e à ampla defesa”.

O proprietário rural argumenta que, ao cancelar de forma administrativa e unilateral a matrícula imobiliária da fazenda, o Ministério da Justiça teria afrontado o artigo 233, inciso I, da Lei Federal dos Registros Públicos (Lei 6.015/1973), segundo o qual o cancelamento de matrícula somente se dará por decisão judicial. Ele argumenta que a declaração da Funai de que se trata de área de ocupação ancestral dos índios constitui prova incontroversa de ocorrência de aldeamento extinto, portanto sem a presença e habitação indígena presente e permanente.

O RMS cita a Súmula 650 do STF, segundo a qual os incisos I e XI do artigo 20 da Constituição Federal não alcançam terras de aldeamentos extintos, ainda que ocupadas por indígenas em passado remoto. Esses dispositivos constitucionais enumeram os bens da União, entre eles as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. O proprietário pede a concessão de liminar para que, caso não haja retratação do STJ quanto ao arquivamento do mandado de segurança lá impetrado, o STF suspenda os efeitos da portaria do Ministério da Justiça que pode levar à perda de seu imóvel.

No mérito, pede a procedência do recurso para anular o processo administrativo de demarcação da Terra Indígena Sombreiro. O recurso foi distribuído ao ministro Marco Aurélio.

AR/VP

Processos relacionados

RMS 32743



Audiência determina retirada imediata de famílias da gleba Suiá-Missú

SÍTIO O REPÓRTER DO ARAGUAIA, 31.01.2014

As famílias que reocuparam a terra indígena Marãwatsédé, a antiga gleba Suiá-Missú, no município de Alto Boa Vista, serão retiradas da área imediatamente. A decisão foi tomada durante a audiência de conciliação realizada nesta quinta (30), na Capital, entre representantes da Justiça Federal, Ministério Público Federal (MPF), União, Incra e Funai. O processo de retirada será feito pelas polícias Federal (PF), Rodoviária Federal (PRF) e Força Nacional de Segurança Pública em cumprimento a ordem judicial de desintrusão.

Além da remoção, foi homologado o prazo de 60 dias para a realocação dos produtores em outro local. Incra, União e Funai terão dois meses para a apresentação do cronograma, com projeto parcial e preliminar a ser apresentado em 30 dias, sob pena de multa.

A homologação do acordo foi assinada pelo juiz federal substituto da 1ª Vara Federal de Mato Grosso, Ilan Presser e representantes do MPF, Incra, Funai, PF, PRF e pelo deputado federal Valtenir Pereira (Pros), que participou da audiência.

De acordo com levantamento preliminar da Prefeitura de Alto Boa Vista, cerca de 300 famílias retornaram para a área no último domingo e nesta quarta (29), começaram a construção de casas e curais para o gado levado ao local. Junto com as famílias, trabalhadores sem-terra também estão ocupando a reserva com a promessa de divisão das antigas propriedades pelos antigos donos.

Escrito por Francis Amorim



Juiz de São Félix do Araguaia realiza reunião com Indígenas e Fiscais da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA)

SÍTIO ARAGUAIA DIGITAL, 31.01.2014

Fonte: Jreporterdoaraguaia

Na última terça (28/01) foi realizada na Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT, uma reunião com o Juiz da 15.^a Zona Eleitoral de São Félix do Araguaia: Dr. Leonísio Salles de Abreu Júnior e contou com participação do coordenador do DSEI, Milton Souza, agentes da SEMA, Capitão-Tenente da Agencia Fluvial da Marinha do Brasil de São Félix do Araguaia - MT, (AA) Silvio César Rocha de Sá, Presidente da Câmara Municipal de São Félix Vereador e Locutor Eurípedes Tavares representantes indígenas e a população geral. O assunto tratou da venda de bebidas alcoólicas para os Indígenas e pesca ilegal durante a piracema.

Na reunião os fiscais da SEMA explicaram que o objetivo que trouxeram à cidade de São Félix foi conscientizar os pescadores a garantir a reprodução e desova dos peixes no período chamado de defeso da piracema, onde aceitaram o convite do juiz Dr. Leonísio e contaram com o apoio do SESAI, e do prefeito de São Félix José Antonio de Almeida (Baú), onde receberam todo o apoio que não foi oferecida pelo governo do estado que parece estar pouco preocupado com a cidade de São Félix do Araguaia e cidades vizinha. Para alguns, falta também mobilização de representantes e entidades do município. Talvez achem que São Félix do Araguaia é uma cidade que não precisa de apoio, é só dar uma passada pelas cidades vizinhas e zona rural e ver o clamor. "Recentemente o governou Silval Barbosa (PMDB) visitou a cidade de São José do Xingu, inaugurou a pavimentação de 47,5 km da MT-437, no distrito de Santo Antônio de Fontoura, fez vistorias na MT-430 sentido Confresa, Vila Rica e assinou o contrato com o Dnit para a pavimentação da BR-158, Santa Terezinha vistoriar a obra de pavimentação da MT-413 (ligação com BR-158), Porto Alegre do Norte, lançou edital de licitação do Hospital Regional, e na cidade de Canabrava do Norte inaugurou as obras da MT-412, em seguida retornou para a Cuiabá. Espera-se que a população de São Félix do Araguaia e cidades vizinhas percebam que estamos em períodos de grandes conquista e ao mesmo tempo enfrentamos abandono total crítico resistindo sabendo-se que nosso município não é diferente dos demais. "Isso é uma vergonha".

Quanto à questão do Dr. Leonísio avalia que o alcoolismo hoje tem alto índice de consumo e favorece a violência levando muitos indígenas ao suicídio, tanto homens quanto mulheres de acordo pesquisas realizadas nos últimos anos. "A reunião, foi mais uma grande conquista para os povos indígenas, tanto do lado de Mato Grosso, na região do Araguaia, quando de Tocantins existe um grande quantidade de aldeias Karajá cuja população tem afinidade, frequenta os dois territórios e também tem em comum o grande consumo de álcool e drogas. Daí a realização de reuniões envolvendo autoridades e lideranças indígenas dos dois estados são de suma importância, respeitando as diferenças de cada Povo.", Conclui.

Daniel Coxini Karajá achou que foi um momento de interlocução importante para os Indígenas.
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 19./ 2014

Brasília, 31 de janeiro de 2014.

Mas que também seja levado como espaço de interlocução importante, para o governo. "É preciso que nós voltemos a nos olhar, não só a Bancada Indígena, mas, sobretudo a Bancada do Governo, o seu compromisso, o seu papel com a questão da educação indigenista. Entendemos que a nossa presidente, vem sinalizando uma abertura muito boa de diálogo para com o Movimento Indígena e nós queremos que a política indigenista, seja de forma levantada no governo federal como algo prioritário". Finaliza

Após criação de normas para coibir o consumo de álcool e drogas nas aldeias da nação Karajá de Mato Grosso e Tocantins, as mortes decorrentes da dependência química continuam ocorrendo nas aldeias da Ilha do Bananal. As medidas foram estabelecidas durante seminário promovido em outubro de 2010 pelo Ministério Público de Tocantins em São Félix do Araguaia, 1.150 km ao nordeste de Cuiabá.



'Só vamos liberar os carros após acordo', diz índia sobre protesto em Ibotirama
SÍTIO VOZ DA BAHIA, 31.01.2014

Os veículos da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) vão continuar retidos até que as reivindicações dos índios da tribo Kiriri sejam cumpridas. A informação é da índia Maria Kiriri, que aguarda a chegada de um dos representantes da Sesai para diálogo.

"Nós só vamos liberar os carros quando nossas reivindicações forem atendidas. Se isso não acontecer, nós não vamos liberar nada. Se não houver acordo, vai ficar tudo aqui. Essa comunidade está sofrendo", diz. Ainda de acordo com a índia, um dos representantes da Sesai deve chegar à comunidade no sábado (1). Na quinta-feira (30), os seis servidores de Ibotirama, no oeste da Bahia, foram liberados pelos índios da tribo, mas os dois veículos da Sesai ficaram retidos. De acordo com a índia, a medida visa pressionar a realização de reunião com representantes da Coordenação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas da Bahia (DSEI/BA), já agendado para o sábado. O protesto da tribo continua, conforme afirma.

"Só os carros ficaram. Estamos com água suja, de péssima qualidade, tendo diarreia e dor no estômago. Estamos pagando exames e outras coisas mais", relata a indígena. Entre os servidores, quatro eram motoristas, uma enfermeira e uma dentista, comenta. Eles ficaram dentro do posto de saúde, mas, segundo Maria Kiriri, não chegaram a ser presos. Na aldeia vivem 40 famílias e cerca de 200 índios. Maria Kiriri ressaltou que pessoas estão adoecendo devido à ingestão de água contaminada, que é armazenada em uma caixa d'água de zinco, construída há 12 anos e que até hoje não passou por manutenção.

Os índios ainda alegam que estão com dificuldades para se sustentar. Eles vivem basicamente da pesca e da agricultura, que estão prejudicadas devido à escassez de peixes e à seca. O Coordenador Regional da Funai na Bahia, Carlos Roberto dos Santos, disse ainda pela manhã que a responsabilidade pela gestão da saúde e bem estar dos índios é da Sesai.

"A Coordenação Regional entrou com a ação na Justiça contra a Sesai em 2011 e foi criado uma Câmara Técnica em Brasília na AGU para resolver os problemas relacionado à saúde. A próxima audiência está marcada para o dia 18 de fevereiro de 2013. No que diz respeito às responsabilidades da Funai com os índios, estamos dando o melhor suporte possível.", disse o coordenador.

Amazonas forma 18 indígenas no curso de magistério

SÍTIO PORTAL AMAZÔNIA, 31.01.2014

Os futuros professores são das etnias Mura, Apurinã, Miranha, Tikuna, Munduruku e Kaxinawa



O programa de formação tem o currículo baseado na legislação da Educação Básica Profissional e é reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação do Amazonas. Foto: Arquivo/Agência Acre

MANAUS - Indígenas das etnias Mura, Apurinã, Miranha, Tikuna, Munduruku e Kaxinawa receberão neste sábado (1º) o certificado do curso de magistério indígena. No total, são 18 professores formados através do projeto Pirayawara, por meio da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas (Seduc/AM).

A solenidade de certificação ocorrerá no próximo sábado (1), no município de Manaquiri (distante 80 quilômetros de Manaus). A formação do projeto Pirayawara é desenvolvida pela Gerência de Educação Escolar Indígena, pertencente ao Departamento de Políticas e Programas Educacionais do órgão e contou com a parceria institucional de prefeituras municipais. Conforme a gerência, dos 18 profissionais formandos, dez residem em áreas indígenas do perímetro de Manaquiri e oito do Careiro da Várzea.

A gerente de Educação Escolar Indígena da Seduc, Alva Rosa Lana Vieira, informou que a capacitação teve carga horária total de 5,6 mil horas com aulas presenciais e semipresenciais com base em metodologia diferenciada, valorizando os conhecimentos tradicionais indígenas. O programa de formação tem o currículo baseado na legislação da Educação Básica Profissional e é reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação do Amazonas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 19./ 2014

Brasília, 31 de janeiro de 2014.

Para o secretário de Estado de Educação, Rossieli Soares da Silva, é com grande satisfação que o Estado recebe os novos profissionais do magistério. "É um momento de valorizar o empenho de cada profissional que concluiu o curso e ressaltar a contribuição dos povos indígenas para o desenvolvimento do Amazonas", citou.

A solenidade de certificação contará com a participação do prefeito de Manaquiri, Aguinaldo Martins Rodrigues, do prefeito do Careiro da Várzea, Pedro Guedes, de secretários municipais de educação dos dois municípios, de representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai), da Universidade Estado do Amazonas (UEA), da Seduc, de lideranças indígenas, professores e formandos.



Famílias indígenas do Alto Vale realizam o "sonho da casa própria"

SÍTIO RÁDIO EDUCADORA, 31.01.2014

O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) contemplou 15 famílias indígenas da aldeia Coqueiros, pertencente a Reserva Duque de Caxias, em Vitor Meireles. Os beneficiados realizaram nesta quinta-feira (30/01) a assinatura dos contratos com a Caixa Econômica Federal, através da Secretaria Municipal da Assistência Social e da Promover.

A medida envolvendo índios é considerada inédita no Alto Vale do Itajaí. "A ideia é estender o programa para outras famílias indígenas, beneficiando também moradores da aldeia Figueira", destaca a secretária Leonice Morgenroth.

O custo de cada residência chega a R\$ 28.500,00. A família precisa ter o terreno e, após a conclusão da obra, efetuar o pagamento de quatro parcelas anuais no valor de R\$ 248,00. O início da construção das casas desse primeiro grupo de índios está previsto para fevereiro.

Na hora de selecionar os contemplado é dada a preferência para idosos e famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Jornal Alto Vale Noticias



Sema formará agentes ambientais indígenas para combater o desmatamento

SÍTIO O XINGU, 31.01.2014

Proteger uma das últimas grandes áreas de floresta primária do nordeste paraense, refúgio de espécies ameaçadas de extinção, é o objetivo da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), por meio da Gerência de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, ao contratar da Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam) para a execução da primeira fase do Programa de Formação e Treinamento de Agentes Ambientais Indígenas do Pará.

O curso será ministrado na Terra Indígena Alto Rio Guamá, localizada nos municípios de Paragominas e Nova Esperança do Piriá, na região de Integração Rio Capim, e em Santa Luzia do Pará, na região Rio Caeté. "Nas últimas décadas, o desmatamento provocado pela extração ilegal de madeira nessa área tem gerado graves impactos e danos socioambientais, que prejudicam a qualidade de vida dos índios Tembé, e ameaçam de extinção a biodiversidade local", informa a antropóloga Cláudia Kahwage, titular da Gerência de Povos Indígenas da Sema.

A Ecam (organização não governamental indigenista) tem experiência na capacitação indígena em gestão ambiental e territorial. Com apoio da equipe técnica da Sema, serão treinados e formados 30 agentes ambientais indígenas para atividades de proteção e monitoramento ambiental do seu território, prevendo a redução do desmatamento ilegal e a perda de biodiversidade no Estado.

Além disso, o programa visa a elaboração participativa e a publicação do Plano de Proteção e Vigilância Ambiental e Territorial, a instalação e colocação de equipamentos em duas bases de estudo, proteção e monitoramento territorial e ambiental, e ainda o plaqueamento dos limites da Terra Indígena. Essas ações serão desenvolvidas em parceria com os índios Tembé, para gerar resultados efetivos de proteção e gestão ambiental do território indígena.

AP



Em Mato Grosso do Sul, conflito de índios e produtores vai custar R\$ 100 milhões
SÍTIO REGIÃO NEWS, 31.01.2014

Antes de sentarem para a última reunião com o Ministério da Justiça, no início deste mês, os produtores pediam R\$ 150 milhões pelas terras pleiteadas por indígenas.

Municípios - - SIDROLÂNDIA - MS

Depois de pedirem R\$ 150 milhões pelas fazendas localizadas na região da Terra Indígena Buriti, nos municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, produtores podem vender as terras por menos de R\$ 100 milhões, conforme reportagem na edição desta sexta-feira do jornal Correio do Estado.

O presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul), Francisco Maia, diz que os produtores podem fechar a negociação com o governo federal, caso a proposta inicial, no valor de R\$ 78 milhões, seja reajustada em 25%. Ou seja, a paz naquela região onde o índio Oziel Gabriel foi assassinado em maio do ano passado custaria R\$ 97,5 milhões.

“A princípio, acho que já se chegou a um valor. Agora, tem de fazer ajustes. Tem de ter um ajuste de uns 25% para melhorar. São 31 propriedades diferentes uma das outras. A terra nua pode pagar como padrão. Já as benfeitorias são caso a caso”, afirma Maia.

Antes de sentarem para a última reunião com o Ministério da Justiça, no início deste mês, os produtores pediam R\$ 150 milhões pelas terras pleiteadas por indígenas. A proposta feita pelo governo de praticamente metade do valor pedido caiu como um balde de água fria.

Ainda assim, o ministério se comprometeu a encaminhar aos produtores rurais todo o estudo feito pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para que eles o estudassem e apresentassem uma contraproposta.



Almir Suruí, líder indígena do povo Paiter, no papo de redação desta semana
SÍTIO GENTE DE OPINIÃO, 31.01.2014

O líder indígena Almir Suruí é o entrevistado do jornalista Sérgio Mello no Papo News desta semana. Premiado pela ONU com o título de "Herói da Floresta", listado pela revista Fast Company como 53º colocado no ranking das 100 pessoas mais criativas nos negócios em 211 e vencedor do Prêmio Direitos Humanos na categoria Garantia dos Direitos dos Povos Indígenas, Almir Suruí é o cacique do povo Paiter-Suruí, uma tribo que foi contatada pelos homens brancos em 1968, poucos anos antes do seu nascimento.

Sua tribo habita a terra Indígena Sete de Setembro, situada na região de Cacoal, em Rondônia, que depois do contato com o homem branco, vem lutando bravamente para resistir às constantes ameaças advindas com o processo migratório deflagrado em Rondônia na década de 70, a corrupção e omissão das agências do governo e da invasão não autorizada de pessoas inescrupulosas interessadas na exploração ilegal de suas riquezas florestais e minerais.

Na luta contra essas adversidades e tendo em vista a sobrevivência do seu povo, Almir Suruí tem mobilizado toda a sua criatividade e inteligência, atraindo o respeito e credibilidade internacional, atraindo parcerias de empresas nacionais e internacionais como a Natura e o Google.

Em sua entrevista ao Papo News, o líder indígena que detém o título de Doutor Honoris Causa em Rondônia, concedido pela Universidade Federal de Rondônia, discorre sobre a cultura e a religiosidade do seu povo, sua luta pelo desenvolvimento sustentável, seu casamento com uma mulher não índia, suas viagens internacionais a mais de trinta países, sua disposição de um dia disputar um cargo político, e outros temas relacionados à sua formação educacional e à cultura do seu povo.

Não perca. O Papo News com o cacique Almir Suruí é nesta sexta-feira, às 11:00 horas, na Record News, canal 58, com reapresentação no sábado, às 12:30 horas, na TV Candelária, canal 11, em transmissão via satélite para todo o estado. Apoio cultural da Santo Antônio Energia.

Fonte: Sérgio Mello



Quem mais matou índios foram os Índios

SÍTIO BRASIL ACIMA DE TUDO, 31.01.2014

Por Leandro Narloch (*)

Uma das concepções mais erradas sobre a colonização do Brasil é acreditar que os portugueses fizeram tudo sozinhos. Na verdade, eles precisavam de índios amigos para arranjar comida, entrar no mato à procura de ouro, defender-se de tribos hostis e até mesmo para estabelecer acampamentos na costa.

Descer do navio era o primeiro problema. Os comandantes das naus europeias costumavam escolher bem o lugar onde desembarcar, para não correr o risco de serem atacados por índios nervosos e nuvens de flechas venenosas. Tanto temor se baseava na experiência. Depois de meses de viagem nas caravelas, os navegadores ficavam mal nutridos, doentes, fracos, famintos e vulneráveis. Chegavam a lugares desconhecidos e frequentemente tinham azar: levavam uma surra e precisavam sair às pressas das terras que achavam ter conquistado. Acontecia até de terem que mendigar para arranjar comida, como na primeira viagem de Vasco da Gama à Índia, em 1498.

Vasco da Gama ofereceu a corte de Calcutá chapéus, bacias e azeite em troca de pimenta. Os nobres indianos consideraram os produtos ridiculamente primitivos, e só não executaram o navegador porque não viram ameaça no estranho esfarrapado. Sem dinheiro para alimentar a tripulação, Vasco da Gama mandou que seus homens sujos e famintos fossem para as ruas pedir por comida.

O tratamento foi diferente no Brasil, mas nem tanto. Os portugueses não eram seres onipotentes que faziam o que quisessem nas praias brasileiras. Imagine só. Você viaja para o lugar mais desconhecido do mundo, que só algumas dúzias de pessoas do seu país visitaram. Há sobre o lugar relatos tenebrosos de selvagens guerreiros que falam uma língua estranha, andam nus e devoram seus inimigos — ao chegar, você percebe que isso é verdade. Seu grupo está em vinte ou trinta pessoas; eles, em milhares. Mesmo com espadas e arcabuzes, sua munição é limitada, o carregamento é demorado e não contém os milhares de flechas que eles possuem. Numa condição dessas, é provável que você sentisse medo ou pelo menos que preferisse evitar conflitos. Faria algumas concessões para que aquela multidão de pessoas estranhas não se irritasse.

Para deixar os índios felizes, não bastava aos portugueses entregar-lhes espelhos, ferramentas ou roupas. Eles de fato ficaram impressionados com essas coisas (veja mais adiante), mas foi um pouco mais difícil conquistar o apoio indígena. Por mais revolucionários que fossem as roupas e os objetos de ferro europeus, os índios não viam sentido em acumular bens: logo se cansavam de facas, anzóis e machados. Para permanecerem instalados, os recém-chegados tiveram que soprar a brasa dos caciques estabelecendo alianças militares com eles. Dando e recebendo presentes, os índios acreditavam selar acordos de paz e de apoio quando houvesse

CONT.



alguma guerra. E o que sabiam fazer muito bem era se meter em guerras.

O massacre começou muito antes de os portugueses chegarem. As hipóteses arqueológicas mais consolidadas sugerem que os índios da família linguística tupi-guarani, originários da Amazônia, se expandiam lentamente pelo Brasil. Depois de um crescimento populacional na floresta amazônica, teriam enfrentado alguma adversidade ambiental, como uma grande seca, que os empurrou para o Sul. À medida que se expandiram, afugentaram tribos então donas da casa. Por volta da virada do primeiro milênio, enquanto as legiões romanas avançavam pelas planícies da Gália, os tupis-guaranis conquistavam territórios ao sul da Amazônia, exterminando ou expulsando inimigos. Índios caingangues, cariris, caiapós e outros da família linguística jê tiveram que abandonar terras do litoral e migrar para planaltos acima da serra do Mar.

Em 1500, quando os portugueses apareceram na praia, a nação tupi se espalhava de São Paulo ao Nordeste e à Amazônia, dividida em diversas tribos, como os tupiniquins e os tupinambás, que disputavam espaço travando guerras constantes entre si e com índios de outras famílias linguísticas. Não se sabe exatamente quantas pessoas viviam no atual território brasileiro – as estimativas variam muito, de 1 milhão a 3,5 milhões de pessoas, divididas em mais de duzentas culturas. Ainda demoraria alguns séculos para essas tribos se reconhecerem na identidade única de índios, um conceito criado pelos europeus. Naquela época, um tupinambá achava um botocudo tão estrangeiro quanto um português. Guerreava contra um tupiniquim com o mesmo gosto com que devorava um jesuíta. Entre todos esses povos, a guerra não era só comum – também fazia parte do calendário das tribos, como um ritual que uma hora ou outra tinha de acontecer. Sobretudo os índios tupis eram obcecados pela guerra. Os homens só ganhavam permissão para casar ou ter mais esposas quando capturassem um inimigo dos grandes. Outros grupos acreditavam assumir os poderes e a perspectiva do morto, passando a controlar seu espírito, como uma espécie de bicho de estimação. Entre canibais, como os tupinambás, prisioneiros eram devorados numa festa que reunia toda a tribo e convidados da vizinhança.

A palavra “mingau” vem da pasta feita com as vísceras cozidas do prisioneiro devorado pelos tupinambás.

Com a vinda dos europeus, que também gostavam de uma guerra, esse potencial bélico se multiplicou. Os índios travaram entre si guerras duríssimas na disputa pela aliança com os recém-chegados. Passaram a capturar muito mais inimigos para trocar por mercadorias. Se antes valia mais a qualidade, a posição social do inimigo capturado, a partir da conquista a quantidade de mortes e prisões ganhou importância. Por todo o século 16, quando uma caravela se aproximava da costa, índios de todas as partes vinham correndo com prisioneiros – alguns até do interior, a dezenas de quilômetros. Os portugueses, interessados em escravos, compravam os presos com o pretexto de que, se não fizessem isso, eles seriam mortos ou devorados pelos índios. Em 1605, o padre Jerônimo Rodrigues, quando viajou ao litoral de Santa Catarina, ficou estupefato com o interesse dos índios em trocar gente, até da própria família, por roupas e ferramentas.

Tanto que chegam os correios ao sertão, de haver navio na barra, logo mandam recado pelas

CONT.



aldeias para virem ao resgate. E para isso trazem a mais desobrigada gente que podem, scilicet, moços e moças órfãs, algumas sobrinhas, e parentes, que não querem estar com eles ou que os não querem servir, não lhe tendo essa obrigação, a outros trazem enganados, dizendo que lhe farão e acontecerão e que levarão muitas coisas [...]. Outro moço vindo aqui onde estávamos, vestido em uma camisa, perguntando-lhe quem lhe dera, respondeu que vindo pelo navio dera por ela e por alguma ferramenta um seu irmão, outros venderam as próprias madrastas, que os criaram, e mais estando os pais vivos.

No livro *Sete Mitos da Conquista Espanhola*, o historiador Matthew Restall fala do guerreiro invisível que matou os índios do México. Se os espanhóis estavam em um punhado de aventureiros e os astecas, em milhões, como os primeiros podem ter conseguido conquistar o México? É claro que não foi ato de um guerreiro invisível (embora epidemias tenham matado muita gente). Na verdade, os espanhóis não estavam em poucos. "O que com frequência é ignorado ou esquecido é o fato de que os conquistadores tendiam a ser superados em número também por seus próprios aliados nativos", afirma Restall. Os espanhóis ficaram de um lado da guerra entre facções astecas – ajudaram os índios e ganharam a ajuda deles. É razoável supor que, se houvesse algum senso de solidariedade étnica no México, a conquista seria muito mais difícil ou talvez impossível.

Pode-se dizer o mesmo sobre o Brasil. O extermínio e a escravidão dos índios não seriam possíveis sem o apoio dos próprios índios, de tribos inimigas. Eles forneceram o suporte militar às bandeiras, os assaltos que os paulistas faziam ao interior para capturar escravos ou destruir nativos hostis. Também dependia deles a guarda das colônias portuguesas. As bandeiras são geralmente apontadas como a maior causa de morte da população indígena depois das epidemias. Em cada uma, havia no mínimo duas vezes mais índios – normalmente dez vezes mais. Sobre a mais mortífera delas, a que o bandeirante Raposo Tavares empreendeu até as aldeias jesuíticas de Guaíra, no extremo oeste paranaense, os relatos apontam para uma bandeira formada por 900 paulistas e 2 mil índios tupis. "No entanto, nestas versões, o total de paulistas parece exagerado, uma vez que é possível identificar apenas 119 participantes em outras fontes. Além disto, a razão de dois índios por paulista seria muito baixa quando comparada a outras expedições", escreveu o historiador John Manuel Monteiro no livro *Negros da Terra*.

Cogita-se até que o modelo militar das bandeiras seja resultado mais da influência indígena que europeia. "É difícil evitar a impressão, por exemplo, de que as bandeiras representavam uma predileção tupi por aventuras militares", afirma o historiador Warren Dean.

Essa imersão em um conjunto nativo de valores era de se esperar, dado o quanto eram escassos nessas sociedades militarizadas os capitães e tenentes brancos, o quanto eram tupis seus sargentos mestiços e o quanto as normas de comportamento devem ter sido não europeias nas trilhas e nos campos de batalha das selvas.

Mesmo a distinção entre bandeirantes paulistas e índios é difusa. Muitos dos chamados "bandeirantes paulistas" eram mestiços de primeira geração: tinham mãe, tios e primos criados nas aldeias e pareciam mais índios que europeus.

CONT.



O melhor exemplo é Domingos Jorge Velho, bandeirante paulista que destruiu o Quilombo dos Palmares. Filho de um europeu com uma índia, ele não falava português. Assim como quase todos naquela época, expressava-se na língua geral tupi-guarani.

As tribos não apoiavam os colonos por alguma obediência cega. Seus líderes, que também participavam das bandeiras e das batalhas, estavam interessados na parceria para derrotar outras tribos. O padre José de Anchieta percebeu isso em 1565. Os tupinambás, tradicionais adversários dos colonos, de repente se mostraram dispostos a deixar de guerrear com os portugueses. O real motivo dessa aliança surpreendente era "o desejo grande que têm de guerrear com seus inimigos tupis, que até agora foram nossos amigos, e há pouco se levantaram contra nós", acreditava o padre. Uma frase escrita pela historiadora Maria Regina Celestino de Almeida resume muito bem as guerras indígenas: "Se os europeus se aproveitaram das dissidências indígenas para fazerem suas guerras de conquista por território, também os índios lançaram mão desse expediente para conseguir seus próprios objetivos".

Um bom exemplo da participação deliberada de índios no extermínio de índios é a Guerra dos Tamoios, entre 1556 e 1567. Os tupiniquins e os temiminós ajudaram os portugueses a expulsar os franceses do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, lutavam contra antigos inimigos: os tupinambás, também chamados de tamoios. Depois de vencerem, os nativos aliados dos portugueses ganharam terras e uma posição privilegiada de colaboradores do reino português. Ficaram responsáveis pela segurança do Rio, na tentativa de evitar ataques à cidade conquistada. Transformaram-se no índio colonial, um personagem esquecido da história brasileira que será lembrado a seguir.

(*) NARLOCH, Leandro – GuiaPoliticamente Incorreto da História do Brasil, Ed LEYA, São Paulo 2009.



CNA e Famato alertam para necessidade de rever processos de demarcação e desintrusão de terras indígenas

SÍTIO 24 HORAS NEWS, 31.01.2014

Documento conjunto nega apoio a decisão dos produtores de reocupação da área

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado Mato Grosso (Famato) emitiram nota negando apoio a invasão de terras indígenas por cidadãos brasileiros não indígenas, "assim como também não apoiam a invasão de terras privadas por brasileiros indígenas". A posicionamento saiu a partir das notícias de que produtores rurais estão retornando às propriedades de onde foram retirados no processo de desintrusão da Terra Indígena Marãiwatsédé, conhecida como Fazenda Suiá Missu, localizada no município de Alto Boa Vista.

As duas entidades consideram o retorno dos produtores à área como "um ato desesperado" em consequência de "claros indícios de demarcação fraudulenta conduzida pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e de processo de desintrusão mal planejado e mal executado". Fatos que, de acordo com a nota, "reforçam ainda mais a necessidade de rever os processos de demarcação e desintrusão de Terras Indígenas (TI's) que estão em curso, uma vez que não respeitam os direitos humanos e civis dos não índios envolvidos".

Nesse exato momento - diz a nota - está em curso outra operação de desintrusão, na Terra Indígena Awá, no Maranhão. "Alertamos que os mesmos erros da Terra Indígena Marãiwatsédé estão sendo cometidos, pois ainda não foi apresentado um plano concreto de reassentamento dos pequenos produtores que vivem na área demarcada. Tanto é que o Poder Judiciário já solicitou informações ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) acerca do assentamento destes produtores do Maranhão, em medida que deverá servir de referencial para litígios semelhantes que estão ocorrendo em outros estados" - enfatizou.

Finalizando, CBA e Famato afirmam que de nada adianta enviar forças coercitivas aos locais em conflito sem a presença do Estado para garantir o cumprimento do Artigo 4º. do Decreto No. 1775, de 8 de janeiro de 1996, que determina que "verificada a presença de ocupantes não índios na área sob demarcação, o órgão fundiário federal dará prioridade ao respectivo reassentamento, segundo o levantamento efetuado pelo grupo técnico, observada a legislação pertinente."



Após assassinato de irmãos, índios fazem manifesto em Aral Moreira

SÍTIO AMAMBAÍ NOTÍCIAS, 31.01.2014

Fonte:Joelso Gonçalves/Aral Moreira News

Aral Moreira (MS) - Um grupo de indígenas da etnia Guarani-kaíowá residentes no Bairro Satélite, na cidade de Aral Moreira, realizou na manhã desta quinta-feira (30) uma mobilização pacífica na sede do município.

Vestindo trajes típicos da cultura indígena o grupo percorreu algumas ruas da cidade como forma de protestar a morte dos irmãos indígenas – ocorrido no último final de semana- e cobrar melhores acessos aos benefícios sociais disponibilizados pelo Governo Federal, por intermédio da FUNAI, para as 82 famílias indígenas desaldeadas que residem no referido bairro.

Em contato com a FUNAI em Ponta Porã, os indígenas cobraram a presença de um representante do órgão no bairro, a fim de buscar uma solução para os problemas das famílias.

Ainda pela manhã, o representante do núcleo da FUNAI de Amambai, Jorge Pereira da Silva, esteve no Bairro Satélite e se reuniu com as famílias indígenas. Na ocasião, os indígenas fizeram diversas reivindicações ao representante da FUNAI, que segundo eles, é de suma importância e trará melhorias as famílias residentes naquela localidade.

Entre as solicitações feitas estão: providências dos órgãos indígenas (FUNAI e SESAI), maior preocupação dos órgãos municipais no sentido de promover e garantir mais segurança e acesso aos benefícios sociais do Governo Federal, entre outros.

Visando cobrar uma resposta dos órgãos competentes, foi realizada no período da tarde, por volta das 14 horas, uma audiência no Ministério Público de Ponta Porã com quatro representantes indígenas do bairro, onde, foi formalizada as reivindicações da população indígena que residem no Bairro Satélite.

Assassinato

Os dois irmãos indígenas foram assassinados na noite do último sábado(25) no Bairro Satélite, onde residiam com a mãe. Nilton Vargas, 25 anos, e Cezar Vargas, 24 anos, foram alvejados com vários tiros de pistola 9mm.

Segundo informações, os suspeitos estariam a bordo de uma motocicleta. O mais novo, Cezar Vargas, ainda chegou a ser socorrido com vida, não resistiu aos ferimentos e acabou morrendo ao dar entrada no Hospital Municipal.O caso está sendo investigado pela Polícia Civil de Aral Moreira.



Conflito de índios e produtores vai custar R\$ 100 milhões no Estado

SÍTIO RÁDIO DIFURORA 1250, 31.01.2014

Depois de pedirem R\$ 150 milhões pelas fazendas localizadas na região da Terra Indígena Buriti, nos municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, produtores podem vender as terras por menos de R\$ 100 milhões.

O presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul), Francisco Maia, diz que os produtores podem fechar a negociação com o governo federal, caso a proposta inicial, no valor de R\$ 78 milhões, seja reajustada em 25%. Ou seja, a paz naquela região onde o índio Oziel Gabriel foi assassinado em maio do ano passado custaria R\$ 97,5 milhões.

“A princípio, acho que já se chegou a um valor. Agora, tem de fazer ajustes. Tem de ter um ajuste de uns 25% para melhorar. São 31 propriedades diferentes uma das outras. A terra nua pode pagar como padrão. Já as benfeitorias são caso a caso”, afirma Maia.

Antes de sentarem para a última reunião com o Ministério da Justiça, no início deste mês, os produtores pediam R\$ 150 milhões pelas terras pleiteadas por indígenas. A proposta feita pelo governo de praticamente metade do valor pedido caiu como um balde de água fria.

Ainda assim, o ministério se comprometeu a encaminhar aos produtores rurais todo o estudo feito pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para que eles o estudassem e apresentassem uma contraproposta.



Cinco índios são presos suspeitos de envolvimento em assassinatos no AM
SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 31.01.2014

FABIANO MAISONNAVE
DE SÃO PAULO

Cinco índios da etnia tenharim foram presos ontem na região de Humaitá (AM) por suposto envolvimento no assassinato de três pessoas, em dezembro, informaram fontes policiais à Folha. Todos os presos foram levados em seguida a Porto Velho, a 200 km de Humaitá.

Entre os cinco presos estão o cacique Domiceno Tenharim, da adeia Taboca, onde as buscas pelos corpos se concentram, e dois filhos do cacique Ivan Tenharim, morto no início de dezembro após cair da moto –foi aberto um inquérito sobre o caso, ainda não concluído.

As prisões ocorreram na Terra Indígena Tenharim, em trecho da Transamazônica cerca de 130 km de Humaitá. Para a captura, a Polícia Federal comandou uma megaoperação com homens da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, do Exército e da Força Nacional.

Até a publicação desta notícia, não havia informações sobre se haviam sido encontrados os corpos do funcionário da Eletrobras Aldeney Salvador, do representante comercial Luciano Ferreira e do professor Stef de Souza.

HUMAITÁ

Os três viajavam juntos pela Transamazônica quando desapareceram em 16 de dezembro. No início do mês, a PF encontrou peças de automóvel queimadas na terra tenharim, mas o resultado da perícia não foi divulgado.

O desaparecimento dos três motivou protestos em Humaitá, que terminaram na depredação de carros e instalações da Funai, em 24 de dezembro. No dia seguinte, incendiaram postos de pedágios que os índios mantinha em trecho da Transamazônica que corta terras indígenas.

Uma das hipóteses com a qual a PF trabalha é de que os três teriam sido assassinados em retaliação à morte de Ivan. No início do mês, a família de Ivan disse à Folha que nunca achou que o cacique havia sido assassinado, mas que se acidentou.

A reportagem também entrevistou Domiceno, que permitiu a entrada na aldeia e nega qualquer envolvimento com os desaparecimentos. Na época, Domiceno disse que a PF o pressionou a dar os nomes dos supostos assassinos durante o interrogatório. "O delegado ficava pedindo pra eu escrever o nome do culpado e jogar na estrada", disse.

Em resposta, o Ministério da Justiça enviou uma força-tarefa para a região, inicialmente com cerca de 300 homens. A Folha tentou entrar em contato com o advogado dos tenharim, mas ele não foi localizado.